



UMA REFLEXÃO ACERCA DOS VALORES HUMANOS E DAS TRADIÇÕES NA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Laura M. Jaime Ramos (IESA/UFG)¹
Sandra de Fátima Oliveira (IESA/UFG)²

Resumo

Este trabalho é baseado em pesquisa bibliográfica e tem como objetivo repensarmos a problemática ambiental a partir do disfuncionalismo trazido pelo fim das tradições, ou pelo mascaramento das mesmas. Objetiva ainda, fornecer uma nova perspectiva, mesmo que ainda de forma inicial, a ordem ambiental e nossa papel na sua manutenção. Nosso esforço teórico para este ensaio será, portanto, o de pensar a questão ambiental a partir do componente subjetivo e simbólico inerente ao ser humano. Mais precisamente motivados por uma discussão a partir da noção da *ecosofia* de GUATTARI (1990) e de uma antropologia simbólica de CASSIRER (1972), a respeito da ética como o sistema de valores que subjazem à prática humana (RIOS, 2001, p. 26) e das tradições como definidora de um tipo de verdade, como fornecedora de “uma estrutura para a ação” (GIDDENS, 2005, p.52). Partiremos, portanto, de uma breve discussão sobre a ética na concepção trazida por RIOS (2001), percorrendo a noção de perda de valores como responsável pelos males humanos de REALE (2002) para chegarmos ao papel da tradição no contexto da modernidade de GIDDENS (2005, 1997) e suas reflexões na dimensão ambiental.

Palavras-chave: Tradição; Ética; Valores Humanos; Problemática ambiental.

Introdução

É possível pensarmos a problemática ambiental ressoante à nossa época, a partir dos mais diferentes prismas, e há diversas formas de se contemplar criticamente essa dimensão. Entretanto, os fatos concretos que se aparecem são recorrentes, convergentes e transparentes: a perda da diversidade biológica em termos globais, a desconfiguração das relações sociais, dos valores humanos, da saúde e integridade mental individual e coletiva, da poluição ecológica e social nas maiores demonstrações de violência, da degradação humana.

Com efeito, na investigação do fenômeno ambiental em sua totalidade deveríamos contemplá-lo considerando todos os seus componentes: o componente econômico – no que diz respeito à produção da vida material, do trabalho e das intervenções humanas no espaço; o componente político – referente ao poder que permeia as relações humanas,

¹ Bacharel em Turismo, Mestre e Doutoranda em Geografia, professora do curso de especialização em Educação Ambiental IESA/UFG lauralijame@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Instituto de Estudos Socioambientais IESA/UFG, coordenadora do curso de especialização em Educação Ambiental IESA/UFG sanfaoli@iesa.ufg.br



tanto na macropolítica quanto nas micropolíticas, no sentido proposto por Guattari (2005); o componente ecológico – quando das relações, e de suas perdas, entre os diversos grupos biológicos, inclusive o humano; e o componente simbólico – no qual abarcamos a dimensão cultural, afetiva, ética e as demais considerações subjetivo-coletivas imbuídas nesse componente.

Para Guattari (1990) há um paradoxo reinante em nosso momento histórico, pois nem toda a evolução tecnológica, nem todo o desenvolvimento contínuo dos meios técnico-científicos, cujo potencial seria capaz de resolver a problemática ecológica, será condizente a incapacidade das “forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas” de apropriação desses meios para torná-los igualmente justos à práxis humana nos mais variados domínios. No mesmo sentido, Giddens (1994) nos apresenta a idéia de que nem todo conhecimento acumulado nos tornaria capazes de capturar, em sua inteireza, as contradições da alta modernidade, um “mundo de oportunidades e perigos na mesma profundidade” (GIDDENS, 1994, p.75).

Vivemos no momento em que devemos nos concentrar nos elementos que possam ser, segundo Guattari (1990) “os dispositivos de produção de subjetividade, a favor de uma re-singularização individual e coletiva”, ao invés de nos deixar levar por aquilo que chamou de uma “usinagem pela mídia (...) na definição de objetos unificadores” (GUATTARI, 1990, p.15). Isso quer dizer que, a discussão ambiental deve não apenas protestar contra a fome no mundo, o fim do desmatamento ou da instalação de usinas nucleares, com uso de palavras de ordem estereotipadas e reducionistas, mas buscar as problemáticas realmente singulares, as quais identificamos aqui, como uma reflexão dos valores ético-subjetivos dos indivíduos e da coletividade.

O autor deu à problemática um enfoque a partir daquilo que chamou de *ecosofia*, uma leitura crítica da maneira de se viver nesse planeta, “no contexto das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico” (GUATTARI, 1990. p.80). Para o autor,

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática [ambiental] no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo *ecosofia* – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais, e o da subjetividades humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões (GUATTARI, 1990, p.8)



Nesse sentido, considerarmos a problemática ambiental, mais que pensarmos os contextos objetivos oriundos dessa questão, é suscitar o problema da existência humana diante os novos e complexos contextos sócio-históricos. É pensarmos sobre a essência de uma subjetividade que se encontra autônoma, confusa, e homogeneizada, é refletir sobre sujeitos que não são tão facilmente evidentes, por mais que uma razão cartesiana do 'penso, logo existo' tente fazê-lo ser, levando-os a esquecer de que há diversas outras formas de existir, de ser-no-mundo.

A modernidade e os valores humanos

Para Reale (2002), muito raramente consegue-se distinguir com clareza as raízes dos males do homem moderno, e quando se faz, esta se apresenta normalmente de forma alusiva e enigmática. Segundo ele, a nossa sociedade está estruturada numa lógica de total crença no racionalismo científico e num produtivismo tecnológico levado ao extremo, entendidos como absolutos. A arte, a livre busca do saber, a autonomia espiritual e os sentimentos profundos da alma humana, ou seja, os elementos simbólicos subjetivos da humanidade, são tidos como inúteis e então reprimidos. A modernidade, para Giddens (1994) tornou o mundo como algo experimental. Há nesse processo riscos incalculáveis, devido a uma natureza que se tornou invadida e a uma tradição que foi dissolvida. E esses riscos não foram previstos pelos Iluministas quando contestaram os processos subjetivos da existência humana, dentre eles a tradição. Essa suspensão dos conteúdos simbólicos, "centrada em interesses materiais, tecnológicos e industriais, no sucesso e no dinheiro empobreceu radicalmente o homem" (REALE, 2002, p.12).

O homem é um ser simbólico. Sua relação com o mundo se dá sempre revestida de uma significação, de uma valorização, e no contexto da modernidade, de uma valoração. Seu encontro com o mundo é sempre mediado por relações simbólicas. Citamos Cassirer como fundamento desse pensamento:

O homem não pode fugir à própria consecução. Não pode deixar de adotar as condições da própria vida. Já não vive num universo puramente físico, mas num universo simbólico. (...) São vários os fios que tecem a rede simbólica, a teia emaranhada da experiência humana. (...)

Razão é um termo muito pouco adequado para abranger as formas da vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são simbólicas. Portanto, em lugar de definir o homem como um *animal rationale*, deveríamos defini-lo como um *animal symbolicum*. (CASSIRER, 1972, p.50-51)

A partir desse entendimento, é preciso então considerar que todos os aspectos do homem em sua relação com o ambiente, com a sociedade e consigo mesmo, serão



mediados por elementos simbólicos, sejam no âmbito da reflexão ou da ação, do pensamento e do sistema de crenças ou do comportamento e das atitudes.

Cada sociedade possui um conjunto de sistemas simbólicos, um *ethos* que dão sustentação ao seu jeito de ser, ou, como coloca Rios (2001, p. 21) “que conferem um caráter àquela organização social.” Os conceitos de ética e moral se confundem, assim como a etimologia das palavras são semelhantes, mas seus entendimentos devem ser diferenciados. *Ethos* do grego e *mores* do latim significam, ambos, costume, jeitos de ser (RIOS, 2001, p.21). Os costumes resultam, ainda segundo a autora, no estabelecimento de um valor para a ação humana, conferidos pelos próprios homens e na sua relação com os outros. O domínio do *ethos*, portanto, é o domínio da moralidade, “dos estabelecimento de deveres, a partir da reiteração das ações e da significação a elas atribuídas”, sendo a moral um conjunto de normas e regras destinadas a regular “os valores criados pelos sujeitos em suas relações entre si e com a natureza, (...) é no espaço da moralidade que aprovamos ou reprovamos o comportamento de sujeitos” (RIOS, 2001, p.22). É nesse sentido que a moral, enquanto juízos de ação ligados aos interesses específicos de cada sociedade, se diferencia da ética. Assim, “a moral, numa determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento, partindo da historicidade presente nos valores” (RIOS, 2001, p. 24).

A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento humano. É o espaço de reflexão filosófica que se define, segundo Rios (2001, p. 19) como “a reflexão crítica, sistemática sobre a presença dos valores na ação humana”. Esses valores, segundo a autora, não devem ser vistos como significações estáticas, relacionados a algo absoluto, mas como um sistema simbólico em constante mutação. É possível perceber, de acordo com Rios (2001), numa mesma cultura a mudança de valores no decorrer do tempo, assim como perceber valores diferentes em diferentes culturas, mas nunca a ausência desses valores em qualquer que seja a cultura.

Esses valores se encontram em todos os aspectos da interferência do homem na sua realidade vivida, no sentido de lhe conferir um significado – no campo da estética, da lógica ou da moralidade, como exemplos. É nesse sentido que entendemos que quando buscamos a compreensão do sentido das questões que se encontram na problemática ambiental, a reflexão a que devemos fazer se dará, sobretudo, no âmbito ético e simbólico da questão.

Será a modernidade o período da história humana da suspensão da ética? A moral enquanto sistema de regras parece presente nas mais diversas formas de ordenamento legislativo, regras de conduta e comportamento social, sistemas internos e externos de



vigilância, censuras veladas ou nítidas que discriminam, condenam e regulam as ações humanas. Todavia, a ética enquanto crítica dos valores humanos permanece ainda como conceito puro, filosófico, sem uma práxis que dê sentido ao ser (-) humano. E como pensar os valores no sentido de uma modernidade que racionaliza e homogeneiza os sujeitos ao mesmo tempo em que lhes transfere toda autonomia por sua própria existência? Como pensar as relações entre a humanidade e o ambiente de origem numa sociedade antropocêntrica que pouco se critica éticamente, sobretudo em sua relação com os demais seres?

Uma crítica ao papel racionalizante assumido na modernidade é feita por Giddens (1994), para quem o processo da globalização difundiu e universalizou as instituições modernas, criando, intencionalmente, mudanças que geraram a radicalização da modernidade e seu conseqüente processo de abandono, desincorporação e problematização da tradição. Nesse sentido, como resultado de um Iluminismo que confiou o papel da felicidade humana ao conhecimento sobre as coisas, o mundo permanece como dado concreto, sem significação, sem metafísica no sentido kantiano daquilo que é ultra-sensível (REALE, 2002). Para este autor,

A cultura contemporânea perdeu o sentido daqueles grandes valores que, na era antiga e medieval e também nos primeiros séculos da era moderna, constituíam pontos de referências essenciais, e em ampla medida irrenunciáveis, no pensamento e na vida (REALE, 2002, p.17).

Impulsionado pela noção niilista nietzschiana, Reale (2002) revisita a interpretação de Heidegger para o conceito e propõe que é justamente o *niilismo*, como a desvalorização suprema dos valores, inclusive das tradições, a raiz de todo os males do homem de hoje. A problemática situação ambiental, em seu sentido lato, vivida em nosso século é segundo ele exatamente como Nietzsche havia previsto. E torna-se, para nós, importante entender o sentido do niilismo proposto por Reale (2002), para aquilo que pretendemos discutir nesse ensaio.

O niilismo em seus pressupostos significa “que os valores supremos se desvalorizam, que não exista uma verdade, uma constituição absoluta das coisas” (REALE, 2002, p.19). A essência desse niilismo estaria para Nietzsche representada na máxima “Deus está morto”. Segundo Reale (2002), na leitura heideggeriana ‘Deus’ é o termo empregado para indicar um mundo supra-sensível em geral, o mundo das idéias e dos ideais, o mundo metafísico. Em oposição a esse mundo está o mundo sensível, o mundo terreno, aparente e irreal. Para Nietzsche, a expressão ‘Deus está morto’ significa que o mundo supra-sensível não tem força real, não envolve nenhum tipo de vida. Nos esclarecimentos de Heidegger apresentados por Reale,



O niilismo pensado em sua essência é antes o movimento fundamental da história do Ocidente. Ele revela um curso tão profundamente subterrâneo, que seu desenvolvimento só poderá determinar catástrofes mundiais. A 'morte de Deus, portanto, significa o desaparecimento da dimensão da transcendência, a anulação total dos valores ligados a ela, a perda de todos os ideais' (REALE, 2002, p.23-24).

Em suma, a representação do niilismo significa que o mundo metafísico dos ideais e dos valores supremos, concebidos como causa e fim, como aquilo que dá sentido a todas as coisas materiais e à vida do homem perdeu toda consistência e toda importância. Entretanto, o próprio Nietzsche sabia, conforme nos apresenta Reale (2002), que, com a anulação completa de todos os valores considerados supremos no passado a vida do homem continua, tornando-se, no entanto, absurda. Este 'absurdo' é materializado então na relação entre os seres e entre eles e o ambiente, aquilo que o autor chama de "os males do homem moderno". Para o autor supracitado é possível pensarmos nesses males como os valores supremos da humanidade que caíram no esquecimento. Tais males podem ser resumidos em dez elementos sugestivos:

- 1) O cientificismo e o redimensionamento da razão homem em sentido tecnológico;
- 2) O ideologismo absolutizado e o esquecimento do ideal do verdadeiro;
- 3) O praxismo, com sua exaltação da ação pela ação e o esquecimento do ideal da contemplação;
- 4) A proclamação do bem-estar material como sucedâneo da felicidade;
- 5) A difusão da violência;
- 6) A perda do sentido da forma;
- 7) A redução do Eros à dimensão do físico e o esquecimento da 'escala de amor' platônica (e do verdadeiro amor);
- 8) A redução do homem a uma única dimensão e o individualismo levado ao extremo;
- 9) A perda do sentido do cosmos e da finalidade de todas as coisas;
- 10) O materialismo em todas as suas formas e o esquecimento do ser a ele vinculado. (REALE, 2002, p. 33-34)

Os pontos apresentados pelo autor são conceitos fundamentais e norteadores para pensarmos a complexidade e a dificuldade de análise da problemática ambiental, sobretudo ao que se refere aos valores humanos nessa problemática. Incluiríamos como mais um item desses elementos, com toda a licença cujo objetivo desse ensaio se lhe impõe, aquilo que Giddens (1997; 2005) entende como o *fim das tradições*, e cujo sentido tomaremos de empréstimos para darmos continuidade ao nosso enredo.



As tradições no contexto da Modernidade

O conceito de tradição que Giddens (2005, p. 49) nos apresenta está ligada às raízes lingüísticas da palavra *tradition*, de origem latina da palavra *tradere*, cujo significado é transmitir, ou confiar algo à guarda de alguém. No contexto do direito romano considerava-se que uma propriedade, e o direito sobre ela, passada de uma geração para outra era dada em confiança e o herdeiro tinha obrigação de promovê-la. Está ligada, portanto, à relação entre o passado e o presente.

Isso nos levaria a pensar que a noção de tradição se refere a algo que estaria entre nós a um longo período. Entretanto, a maioria das tradições são alteradas, criadas e reinventadas ao longo do tempo. A tradição estaria, segundo o autor, muito mais caracterizada por duas outras categorias - o ritual e a repetição - e não necessariamente pelo tempo de sua existência. Aliás, a própria noção geral de tradição não existia nos tempos medievais, sendo ela própria uma criação da modernidade. Naqueles tempos, não havia necessidade de se pensar a tradição, ou de se quer dar a ela essa palavra, de tão imbricada que eram os costumes e a tradição nas sociedades.

Giddens (2005) irá se aproximar do pensamento de Hobsbawm, no sentido de pensar a natureza das tradições inventadas. Na noção de Hobsbawm, algumas tradições e costumes são inventados, não havendo, portanto, nestes casos, uma genuinidade, já que em vez de se desenvolverem espontaneamente eram usados como meios de poder. Já Giddens dirá que todas as tradições são tradições inventadas. Para ele “nenhuma sociedade era inteiramente tradicional, e tradições e costumes foram inventados por uma diversidade de razões” (GIDDENS, 2005, p.50), as tradições não seriam, portanto, impermeáveis às mudanças, podendo ser inventadas e reinventadas ao ritmo das necessidades e dos contextos de uma dada sociedade. A própria abertura às mudanças seria um caráter de sobrevivência e perpetuação das tradições frente às mudanças sociais, e “seria errôneo supor que, para ser tradicional, um dado conjunto de símbolos ou práticas precisa ter existido por séculos” (GIDDENS, 2005, p.51).

Mas o que distancia um pouco mais a noção de tradição desses dois autores é que, mesmo sendo inventadas, para Giddens (1997; 2005), as tradições não perdem o seu caráter mais importante: o de dar sentido e regulação a uma dada sociedade.

As tradições (...) estão sempre mudando, mas há algo em relação à noção de tradição que pressupõe persistência; se é tradicional, uma crença ou prática tem uma integridade e continuidade que resiste ao contratempo da mudança. As tradições têm algo de orgânico: ou elas se desenvolvem e amadurecem, ou enfraquecem e ‘morrem’. Por isso, a integridade ou



autenticidade de uma tradição é mais importante para defini-la como tal do que seu tempo de existência. (GIDDENS, 1997, p. 81)

As tradições definem um tipo de verdade às pessoas que seguem uma prática tradicional, e por mais que ela possa mudar, continua a fornecer a estrutura de ação daquela sociedade. As maneiras tradicionais de se fazer as coisas tendem a persistir ou ser restabelecidas inclusive na vida cotidiana dos sujeitos. Para Giddens (2005, p. 53) inicialmente, “houve mesmo uma espécie de simbiose entre a modernidade e a tradição, (...) a família, a sexualidade e as divisões entre os sexos permaneceram intensamente saturadas de tradição e costume”. Na modernidade, as constantes alterações tecnológicas imprimem nas relações simbólicas da vida social aquilo que o autor irá chamar de “reforma da vida cotidiana” (GIDDENS, 1997, p.78). Essas reformas seriam, para ele, funções oriundas não apenas de processos maquímicos. Também as tradições funcionam como reformadoras da vida cotidiana, exercendo o papel de “ângulo funcional de regulação da vida cotidiana” (GIDDENS, 1997, p.79).

Entretanto, para o autor (GIDDENS, 2005, p.53), duas mudanças básicas estão acontecendo na atualidade em relação à vida tradicional cotidiana nas sociedades globalizadas. Em primeiro lugar, nos tornamos uma sociedade “que vive após a natureza”, ou seja, as relações simbólicas humanas pouco lidam com aspectos puramente naturais, em que não haja intervenção humana. Em segundo lugar, trata-se de uma sociedade que vive após o fim da tradição. Isso não quer dizer que a tradição simplesmente deixou de existir, mas, ao contrário, ela passou a maneiras diferentes de manifestações de suas singularidades, segundo que

Trata-se cada vez menos – se é que se pode dizê-lo assim – da tradição vivida de maneira tradicional. E viver a tradição da maneira tradicional significa defender as atividades tradicionais por meio de seu próprio ritual e simbolismo – defender a tradição por meio de suas pretensões internas à verdade (GIDDENS, 2005, p.53).

De acordo com Giddens (1997, p.84) “todas as tradições têm um conteúdo normativo ou moral que lhes proporcionam um caráter de vinculação. Sua natureza moral está intimamente ligada aos processos interpretativos por meio dos quais o passado e o presente são conectados”, mesmo que esses componentes normativos não sejam explicitamente enunciados. Todas as tradições ligam-se, portanto, à memória, constitui-se como uma forma de organização do passado em relação ao presente. E essa reconstrução do passado, feita pela memória, é em partes um processo individual, mas, sobretudo social e coletiva, organizando o papel do sujeito na sociedade e perante a si próprio e sua subjetividade. A memória, diferentemente de um simples processo de lembrança, é ativa e social, e a



tradição é o meio organizador dessa memória coletiva. A tradição apresenta uma medida de segurança ontológica aos sujeitos que a ela aderem, formando suas bases psíquicas afetivas. Ainda segundo o autor, há investimentos emocionais na tradição que se originam dos mesmos mecanismos de controle da ansiedade (1997, p.84).

Na medida em que as tradições perderam, portanto, o tradicionalismo, nessa perda houve também a suspensão dos elementos simbólicos e de valores que regulavam as ações humanas em sociedade. Perde-se a conexão entre o passado e o presente, cujo papel organizador é fundamental para a memória. A tradição sem o conteúdo que lhe dá sustentação transforma-se em produto de comercialização, “tradição que é esvaziada de seu conteúdo, e comercializada, torna-se herança (...) e herança é tradição reembalada para espetáculo” (GIDDENS, 2005, p.54) como acontece com os elementos da natureza e/ou históricos materiais e imateriais apropriados pelo turismo, por exemplo. Mantém-se a forma, mas perde-se o conteúdo que lhe dá significado.

Além disso, o autor discute ainda que, na medida em que as tradições mudam, novas dinâmicas de regulação da vida cotidiana são introduzidas em nossas vidas, dinâmicas essas sintetizadas, por exemplo, pelo conflito entre uma autonomia de ação individual nunca antes vista nas sociedades e a compulsividade. Nesse sentido, onde há uma suspensão dos aspectos morais de regulação da vida das tradições, abre-se espaço para que os indivíduos vivam de forma mais aberta, autônoma. E a autonomia e a liberdade podem até substituir o papel regulador das tradições, mas essa liberdade traz consigo alguns problemas, pois exige constantemente dos sujeitos uma tomada de decisão. Essa tomada de decisão é feita por indivíduos cuja relação com o mundo não se dá apenas de maneira racional, mas principalmente simbólica e afetiva, como já dissemos anteriormente.

Para nós, isso quer dizer que as decisões são difíceis de serem tomadas por sujeitos que vivem no contexto de uma sociedade que perdeu os mecanismos simbólicos tradicionais de regulação entre o passado e o presente. Para Giddens (2005), há um lado “sombrio” dessa tomada de decisão representado pelo aumento das dependências e das compulsões.

Uma sociedade que vive do lado oposto da natureza e da tradição – como o fazem hoje as de quase todos os países ocidentais – é uma sociedade que exige tomada de decisão, tanto na vida cotidiana quanto nos demais domínios. O lado sombrio da tomada de decisão é o aumento das dependências e das compulsões. Algo de realmente intrigante, mas também perturbador está acontecendo aqui. (...) Estou me referindo à difusão da idéia e da realidade da dependência, (...) qualquer área de atividade pode ser invadida por ela. (...) Isso ocorre porque essas atividades, e outras partes da vida também estão muito menos estruturadas pela tradição e o costume do que eram outrora. (GIDDENS, 2005, p. 56).



Poderíamos, portanto, buscando um caminho para as últimas considerações sobre a nossa idéia para esse ensaio, considerar os problemas ambientais da atualidade representados por esses dois elementos trazidos por Giddens – a dependência e a compulsividade. Com uma tradição sem tradicionalismo e uma subjetividade humana sem os mecanismos de regulação desse tradicionalismo, suprimiu-se também seu papel mediador entre passado e presente, em que, portanto, as experiências norteadoras desse passado também se perderam ao longo da vida. Reale também considera que,

Nos últimos anos, não poucos tentaram eliminar o passado, em nome dos 'magníficos avanços do progresso'. Mas essa forma de projetar-se no futuro é, ao mesmo tempo, desprovida de discernimento e irracional. Ela termina eliminando o próprio futuro, justamente por não ter um passado que lhe sirva de parâmetro (REALE, 2002, p. 38).

Perdendo-se essas características, o elemento fundamental que caracterizaria essa tradição "tradicional" – a repetição, conduz o seu objeto para outros elementos, fora desse tradicionalismo – em forma de compulsões e vícios.

Na atualidade, portanto, a repetição é objeto de uma tradição destradicionalizada, transformada, por isso, em compulsões. As conseqüências desse niilismo (REALE, 2002), dessa perda dos valores subjetivos humanos refletidos por, entre outros fatores, uma "tradição sem tradicionalismo" (GIDDENS, 1997, 2005) estão refletidos em vícios de todas as espécies, em compulsões.

Para próximas considerações – ou para não concluir...

E em se tratando da problemática ambiental, os valores humanos e a ética ambiental lidam com problemas conseqüentes dessa mudança do caráter repetitivo da regulação simbólica humana – da tradição à compulsão e à dependência pelo consumo, ou o consumismo – de alimento, de objetos, de sexo, de drogas, de imagens, de violência. O consumismo é a maior expressão, e se podemos generalizar, é também a maior causa das mazelas ambientais pelas quais somos diariamente constrangidos a lidar.

Considerando, para efeitos de conceitualização, o consumismo como a inflamação social da necessidade básica do consumo, que é primitivo; como uma forma ritualística doente de repetição e de busca por uma saciedade regulatória, cujos mecanismos de uma 'tradição destradicionalizada' não conseguem mais organizar.

São formas de organização destradicionalizada da subjetividade humana entre um presente em constante mudança e com um número enorme de opções de escolha que dê



justificativa a vida e um passado que quase não lhe transfere nenhum sentido referencial. Um tratamento enérgico desses males implicaria a derrota do niilismo, por meio de uma recuperação de ideais verdadeiros e de valores supremos que dêem sentido e significados à subjetividade humana e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSIRER, E. **Antropologia Filosófica**. Tradução Dr. Vicente Felix de Queiroz. 1ª Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972. 378 p.

GATTARI, F. **As Três Ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 1990. 56 p.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 47-60

_____. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, SCOTT. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução Magda Lopez. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-123.

REALE, G. **O Saber dos Antigos**. Terapia para os tempos atuais. Tradução Silvana Cobucci Leite. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 261 p.

RIOS, T. A. **Ética e Competência**. Coleção Questões da Nossa Época. 12ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001. 67 p.